

1

“História das ideias linguísticas” ou “História das teorias linguísticas”?

Quando se trabalha com fatos ocorridos na longa duração do tempo, e, conseqüentemente, se propõe levar em conta os saberes construídos em estados de sociedades diferentes, pertencentes a áreas culturais eventualmente diferentes, é preciso constituir uma concepção do objeto (os saberes construídos sobre as linguagens e as línguas) tão pouco normativa sobre o plano epistemológico quanto possível. A noção de “teoria” apresenta o risco de tomar seu sentido apenas no contexto de certa concepção da ciência, na ocorrência daquela que se desenvolve no Ocidente a partir do século XVIII. Para evitar esse tipo de armadilha, que consiste em supor problemas já tidos como resolvidos, preferimos o termo *ideias* sobre a linguagem e as línguas, que tem a vantagem de ser menos comprometido epistemologicamente; ou, mais exatamente, que concerne a um engajamento diferente, menos normativo, e mais respeitoso com a diversidade de formas que pode tomar o saber na história, ou em outras culturas. Sob esse termo *ideia*, subsumem-se todos os tipos de objetos que ultrapassam largamente aquele de “teoria”: há os *conceitos* (por exemplo, as partes do discurso), os *procedimentos* (adição, subtração, mutação, permuta, comparação etc. dos quais dependem os conceitos linguísticos importantes como o da elipse ou da analogia), as *técnicas* (como aquele da [de]monstração, que explica o recurso aos exemplos, aos paradigmas etc.).

Uma vez resolvido esse problema da designação do campo, outras questões preliminares surgem imediatamente. Por exemplo, es-

tas: por que se interessar pela história das ideias linguísticas? Que relação essa disciplina tem com as ciências da linguagem? O que ela pode lhe acrescentar? É a essas questões e a algumas outras que tentaremos responder aqui.

2

O que se faz quando se faz a história das ideias linguísticas?

Um primeiro nível de resposta muito simples se impõe imediatamente: exploram-se os textos (às vezes esquecidos), e restaura-se ou repara-se o esquecimento do qual são objeto as teorias ou as ideias que eles expõem. Manifestam-se, assim, duas das características essenciais dos saberes sobre a língua e a linguagem na longa duração do tempo: o fato de que esses saberes são precisamente construídos na longa duração do tempo, e que há uma certa forma de acumulação dos conhecimentos nas disciplinas que se ocupam das línguas e da linguagem (a gramática e a retórica transmitem os conhecimentos antigos e relativamente estáveis); e ao mesmo tempo que ao lado da transmissão dos conceitos a longo prazo, há também o esquecimento, os vazios na memória acumulativa, que não são necessariamente ligados à falsificação das teorias ou à desatualização dos resultados.

O historiador, precisamente porque deixa evidentes essas duas características de saberes da língua, o esquecimento e a acumulação, cria igualmente as condições de uma reflexão de fundo sobre esse modo de ser particular dos conhecimentos na ciência da linguagem, a saber, que elas podem ser objeto, contraditoriamente, do esquecimento ou da acumulação. Está aí uma das características epistemológicas importantes das ciências da linguagem que é necessário tentar compreender.

A questão da acumulação é um problema central na história das ciências. Certas disciplinas podem, por exemplo, ocorrer historicamente como pouco acumulativas; ou, mais exatamente, não provi-rem de um processo de acumulação que se engaja na longa duração

do tempo. É isso que parece ser o caso de disciplinas como a Física ou a Química, nas quais os saberes construídos antes, respectivamente por Galileu e Lavoisier, não se originariam ainda plenamente dessas disciplinas, mas de alguma maneira de sua pré-história. Pôde-se sustentar um discurso análogo para a história das ciências da linguagem e rejeitar como não ciência tudo que precede, por exemplo, Bopp, Saussure ou Chomsky. É isso que se pode ler ordinariamente nos manuais de introdução à Linguística. Essa opinião constitui evidentemente um fato de discurso suscetível de interessar ao historiador, mas não é de nenhum modo uma tese séria sobre a história da disciplina.

O historiador produz a informação sobre o sistema científico constituído pelas ciências da linguagem e permite então alargar, para os linguistas, o que se pode chamar seu próprio “horizonte de retrospectção” (Auroux, 1992; Archaimbault, Auroux e Puech, 2006): a memória dos resultados, os problemas, os conceitos desenvolvidos antes deles. Vê-se bem qual pode ser o rendimento imediato dessa intervenção no funcionamento da ciência contemporânea: criar as condições para que a história seja efetivamente cumulativa e não cíclica; permitir, por exemplo, sobre uma questão como aquela da origem das línguas e da linguagem – lembrando como essa questão foi colocada nos séculos XVIII e XIX –, que não seja recolocada periodicamente nos mesmos termos. É suficiente estar atento à recepção que essa velha questão tem da parte das mídias há algum tempo, para julgar os danos que a ausência da cultura histórica pode causar para certos linguistas.

O papel do historiador das ciências da linguagem é, então, o de criar as condições de uma reflexão informada sobre a epistemologia das ciências da linguagem, pela produção de informações confiáveis sobre:

- as teorias antigas, os conhecimentos que elas produziram, os conceitos que elas elaboraram;
- a forma sob a qual os problemas foram colocados e conhecidos;
- ou, ainda, alargando um pouco a problemática sobre as questões mais gerais e mais fundamentais. Como os gramáticos

e os linguistas concebem seu objeto em tal ou tal momento? Como foram apreendidos e concebidos os fatos e os dados, as regras e/ou as leis que os organizam (questão 22). Ou, ainda, como foram distinguidos o possível e o impossível de língua, o que se pode dizer, ou não se pode dizer, e por quê? Como foram definidas as condições de validação das descrições?

Enfim, essa última observação situa-se sobre um plano diferente, a informação sobre as teorias antigas pode ser pertinente para o historiador da língua (enquanto os gramáticos são testemunhos das práticas languageiras do passado), aí compreendidos aqueles que pesquisam as causalidades históricas a tal característica da sincronia. É que o objeto de que se ocupa o linguista é um fato social, e a atividade dos gramáticos e dos autores de dicionários pode não ser estranha a sua instituição. A “gramatização” das línguas, isto é, o fato de equipar as línguas de instrumentos que são as gramáticas e os dicionários (nós voltaremos mais adiante a falar mais amplamente sobre esse fenômeno, questões 26-28), não deixa as línguas, em si, intactas. O estudo de certos fenômenos linguísticos pode implicar naturalmente a consideração do processo histórico da instituição de uma língua comum e do papel que os gramáticos teriam desenvolvido a respeito disso. Um exemplo emblemático: pôde-se defender a ideia segundo a qual o desaparecimento, no francês moderno, dos usos orais do passado simples foi a consequência direta da implementação de uma regra que os gramáticos imaginaram para descrever e/ou regular seu emprego na época clássica (Weinrich, 1973).

3

Como se faz a história das ideias linguísticas?

O mais simples é começar dizendo como não se faz. Deduz-se das observações precedentes que o trabalho do historiador, do qual esboçamos o retrato, não consiste em projetar sobre as teorias (ou as ideias) antigas os critérios da ciência contem-

porânea. O trabalho do historiador não consiste em verificar o que já sabemos, ou seja, que os estados antigos das ciências da linguagem não colocaram em prática os mesmos princípios metodológicos que a linguística contemporânea e apresentam, então, os estados de conhecimento (às vezes) desgastados. Isso já se sabe. Pode-se apresentar o problema sob uma forma muito simples: o estudo das teorias antigas nos leva a conhecer (a descobrir, restaurando o tecido da memória disciplinar, como nós o dissemos antes) dois tipos de resultados: os resultados verdadeiros e os resultados falsos (ou aberrantes, ou que podem nos parecer como tais: por exemplo, do século XVI a meados do século XVIII, os autores das gramáticas francesas elaboraram uma teoria das declinações do francês, analisando *à* e *de* não como preposições, mas como artigos indicadores de caso (questão 26). Podem-se julgar uns e outros igualmente sem interesse. Os primeiros, os resultados verdadeiros, precisamente porque eles são verdadeiros, isto é, porque a verdade não tem história e, então, importa-nos pouco saber datar sua aparição; e os segundos porque eles são falsos, quer dizer no fundo pela mesma razão, a saber que somente nos importa o conhecimento da verdade. Concebida desse modo, a atividade do historiador seria puramente decorativa e da ordem do trabalho do antiquário, o que é sem dúvida honorável e, no total, justificaria talvez que se escrevam livros sobre essas matérias, mas, mais dificilmente, que se consagrem os meios importantes a esse tipo de pesquisa, ou que se a ensine na universidade.

A tarefa do historiador das ciências é na realidade outra. Não se trata de fazer a história do verdadeiro que, com efeito, não existe, mas se trata de fazer aquela história do conhecimento do verdadeiro, isto é, dos procedimentos, das estratégias que conduziram ao conhecimento do verdadeiro, o que corresponde à implementação de dois tipos de projetos:

1. a descrição das formas sob as quais os diferentes estados de conhecimento foram representados: as teorias são expostas sob a forma de textos, de discursos, que podem ser descritos como tais, do ponto de vista de sua materialidade; mas po-

- demos (e devemos) igualmente nos dotar de uma concepção semântica de núcleos dos conhecimentos; isto é, descrever (do interior) o sistema conceptual ao qual elas correspondem;
2. a descrição da mudança teórica, isto é, do fato que passamos historicamente de um estado do conhecimento do objeto a outro, de uma representação do conhecimento a outra. É, então, igualmente legítimo esperar do historiador que ele ultrapasse a simples descrição da mudança e que ele proponha uma análise das causalidades da mudança.

4

Que usos se pode fazer da história das ideias linguísticas?

Podemos tentar compreender as contribuições produzidas pela história das ideias linguísticas fazendo um retorno reflexivo sobre a questão e nos perguntando quando, como e a que fim estamos interessados na história das ciências da linguagem.

De início, há *textos fundadores* ou reputados como tais. Nas duas questões seguintes (5 e 6), estudaremos dois textos, um de meados do século XVII e o outro do começo do século XX, para mostrar como e em que contextos eles adquiriram esse estatuto: trata-se da *Grammaire générale de Port-Royal* [Gramática geral de Port-Royal] (1660), e do *Cours de linguistique générale* [Curso de linguística geral], de Saussure (1916). A recepção respectiva desses dois textos oferece os casos de escola particularmente interessante pela maneira – de início problemática – como eles se inscrevem na história da disciplina, e pelo fato do investimento retrospectivo como textos fundadores dos quais eles foram objeto.

Para o primeiro, a *Grammaire générale et raisonnée*, podem-se assinalar três momentos exemplares em que esse texto foi objeto de uma recepção diferente: 1) no contexto da escola que sua publicação contribuiu a fundar, isto é, no quadro da gramática geral desde o século XVIII até meados do século XIX; 2) no começo do século XX (nos textos de Ferdinand Brunot, como *L'Enseignement de la langue française, ce qu'il est, ce qu'il devrait être*, publicado em 1908, e na sua

monumental *Histoire de la langue française*); 3) enfim, em meados do século xx, a partir da *Linguística cartesiana* de Chomsky (1966), e da polêmica suscitada na França, pelo ponto de vista que a linguística americana desenvolve sobre as teorias dos Messieurs de Port-Royal. Para o segundo, nós veremos que é possível distinguir quatro recepções (questão 6).

Os textos fundadores existem em outras tradições além da ocidental. Pegaremos dois exemplos de outras tradições nas quais a noção é pertinente. Inicialmente, a tradição gramatical árabe, que repousa inteiramente sobre um livro fundador, justamente entre “o livro” *al-Kitāb* de Sibawayhi. Obra única de um autor do século viii, do qual a carreira é mal conhecida, essa obra fundadora da tradição árabe se impõe, em primeiro lugar, por sua difusão: 77 manuscritos recenseados, aí incluídos os fragmentos; 23 comentários conhecidos, mais 26 comentários parciais (pontos difíceis, *vers-témoins** ...). A isso se junta um importante *corpus* de glosas, que variam segundo os manuscritos, que não foram jamais objeto de uma edição exaustiva. Como se explica tal difusão? Simultaneamente, pelo lado iniciador da obra, pela riqueza de seu conteúdo e pela perfeição inegável alcançada desde o início: “Primeiro testemunho indiscutível da existência da tradição gramatical árabe; iniciativa muito intuitiva (a análise é muitas vezes substituída por uma paráfrase informal dos dados), mas de uma fineza descritiva inigualada pelas posteriores” (Guillaume, 2000: 159). O que faz da obra uma referência incontornável para a continuidade da tradição, mesmo se esta última está distante daquela.

Segundo exemplo, a tradição gramatical tâmil, que repousa sobre os *Tolkāppiyam*. Essa obra da qual o autor (*Tolkāppiyāṇār*) é completamente envolvido em mistério, de datação que se estende em um período muito largo (do século iii a.C. ao v d.C.), é geralmente apresentada com o texto de um comentador situado entre o século x e o século xii. Ela não é estritamente limitada ao estudo da língua tâmil padrão: o objeto de seu estudo é, com efeito, o saber poético em sua globalidade. O *Tolkāppiyam* é, além disso, em si, uma obra em verso

* N.T.: *Vers-témoins* [versos testemunho]: extratos da poesia pré-islâmica para servir de “exemplos tipo” de gramática.

e praticamente sem exemplos. No entanto, sua importância para o que se segue é incontestável: “Não existe gramática ou comentário de gramática tâmil que, de uma maneira ou de outra, não se posicione com relação ao *Tolkāppiyam*. Ela é uma obra fundadora da tradição, mesmo se, de certa maneira, ela tenha sido, na prática, substituída pelo *Nannūl* [século XIII] como obra normativa” (Chevallard, 2000: 288). Por ser fundadora, uma obra não tem necessidade de ser *inicial*. Assim, na tradição sânscrita, existem as obras “pré-paninianas”. Isso não impede que Panini, com, notadamente, sua *Aṣṭādhyāyī* “(Questionário) em oito lições” e suas 3.983 regras, ainda que herdeira provável de uma longa tradição, caracteriza bem o gramático indiano de referência (Haag-Bernède, 2000), aquele que suscitou a admiração dos linguistas do século XX pela perfeição de sua descrição morfológica.

Ao lado desses textos fundadores, existem também os textos que temos chamados textos “pilares” (questão 21). Por quê? Simplesmente porque eles não eram necessariamente destinados a assentar as bases da tradição ulterior, mas exerceram esse papel, porque se revelaram os mais adaptados a cumprir essa função. Assim, a *Ars* de Donato conheceu um sucesso tal que os ocidentais utilizaram seu modelo para descrição da maior parte das línguas do Renascimento: esse não foi necessariamente o mais completo dos tratados gramaticais latinos da antiguidade, mas era talvez o mais claro, em todo caso o mais fácil para utilizar com seu desdobramento em gramática elementar e gramática (um pouco mais) aprofundada que lhe permitiu (ao menos) duas utilizações.

Há casos em que a circulação dos saberes é mais complexa e mais difusa e não pode se reduzir completamente às noções de “textos fundadores” e de “textos pilares”. A própria noção de “autor” pode ser discutida. A Idade Média oferece um caso de figura interessante, com uma forma particular de interações entre as disciplinas (a lógica, a filosofia), de plurilinguismo, de relações com a teologia e a exegese, e, sobretudo, de relações com os *inéditos*, que são numerosos (bem mais inéditos do que editados), muitas vezes anônimos que não são “livros” de exemplares únicos, mas o que se chama em inglês de *catena commentaries* (comentários em cadeia), os escritos saídos de escolas,

evolutivos, em que a noção de autor não tem, frequentemente, sentido. É preciso, então, multiplicar as abordagens, criar outras noções, outras oposições, como aquela que diferencia a *gramática especulativa*, orientada para os textos teóricos, e a *gramática positiva*, que considera os textos práticos (ver Rosier-Catach, 2000 e Grondeux, 2000b). Tem-se, igualmente, renunciado a uma abordagem global, e mesmo “totalista” das teorias modistas (quer dizer, que repousam sobre a noção dos modos de significar), por preferir uma abordagem “modular”. Conforme consideramos o modo epistemológico (e que porta a natureza “científica” da gramática), o modo semiológico (com as discussões sobre as noções de significação e dos modos de significar), o modo filosófico (essas mesmas discussões em relação com seu fundamento psicológico e ontológico), o modo gramatical (com as noções de dependência e de transitividade), o modo “intencionalista” (que analisa os enunciados não canônicos, os atos de linguagem e as relações entre interlocutores), nós nos encontramos diante de oposições múltiplas, que permitem reagrupar autores e textos segundo critérios outros que os critérios clássicos, do tipo cronológico, geográfico ou doutrinal (Rosier-Catach, 1999).

Diversas abordagens são então necessárias. Mas o essencial é, segundo entendemos, colocar o princípio de uma *comensurabilidade* de teorias. Que queremos dizer com isso? Simplesmente que, por mais diversas que sejam as abordagens, ou períodos, deve sempre ser possível comparar os textos, avaliá-los em função não somente de seus objetos, mas também de uma descrição geral da linguagem. Um especialista em tâmil deve poder dar conta de fenômenos e fatos que nós poderíamos chamar “adjetivais”, mesmo se a própria noção de *adjetivo* não existe em tâmil, que aborda a questão da qualificação sob a forma de compostos qualitativos e de verbos ideais (Chevallard, 1992). Um especialista em árabe pode mostrar que a categoria do “qualificativo” (*sifa*) constitui de alguma maneira uma categoria intermediária entre nome e verbo em uma tradição que reconhece apenas três partes do discurso: nomes, verbos, partículas (Guillaume, 1988, 1992). Mas entendamo-nos bem: não se trata de “fazer” uma descrição “exótica” como se fosse uma descrição ocidental, mas de

analisar *em conjunto* a variedade das descrições condicionadas não somente por seu objeto (a língua concernida), mas também pelas práticas culturais diferentes, ou mesmo pelas simples restrições técnicas (a folha de bananeira, sobre a qual são escritos os textos gramaticais tâmeis é um suporte mais frágil que os papiros, o tablete de argila ou o pergaminho). Disso os trabalhos “transversais” são indispensáveis para colocar em contato especialistas de diversos períodos ou de diversas “regiões” do mundo.

5

Quais foram, historicamente, as recepções da *Grammaire générale et raisonnée*?

Entre todos os primeiros trabalhos importantes sobre a história da gramática figuram aqueles de autores que, como Charles Thurot, ou Dieudonné Thiébauld, pertencem ao que se convencionou chamar grupo dos ideólogos, esses gramáticos filossóficos inspirados pelos autores das gramáticas gerais publicadas nos séculos XVII e XVIII, que estão implicados ativamente em certo número de instituições científicas e pedagógicas, estabelecidas pelo governo revolucionário a partir do ano III. É o caso notadamente da rede de Escolas Centrais repartidas ou distribuídas sobre todo o território, e da Escola Normal em que se deviam formar os professores. O todo terá uma existência fugidia: Napoleão suprime as Escolas Centrais e as substitui pelos liceus no ano X. Esses primeiros historiadores, formados pela leitura de Beauzée e Condillac, e defensores de suas teses, desenvolvem um discurso sobre a história de sua disciplina que nós podemos esquematicamente caracterizar pelos seguintes traços:

- eles se apoiam sobre um *corpus* de obras sempre um pouco idênticas, orientado por uma visada teleológica que faz de Court de Gébelin (*Le Monde primitif*, 1775) e de Condillac (*Grammaire*, publicada no *Cours d'étude pour l'instruction du Prince de Parme*, em 1775) o coroamento, desde os gregos, da

longa história de trabalho sobre as línguas, no seio da qual se distingue, todavia, algumas etapas marcantes na marcha do progresso: Port-Royal (1660), o *Traité de la formation mécanique des langues*, de Charles de Brosses, a *Grammaire générale*, de Nicolas Beauzée e suas contribuições à *l'Encyclopédie* etc.;

- a articulação entre, de um lado, a história da língua (que é de fato uma história de sua instituição e de seus monumentos), e, do outro, a história dos conhecimentos gramaticais.

Eles levantam, igualmente, certo número de questões que podem nos parecer um pouco estranhas, mas que, no fundo, decorrem diretamente de seu projeto inicial: como apareceu a gramática filológica (da qual a *Grammaire générale et raisonnée* é o primeiro avatar), isto é, essa gramática que se esforça não para descrever uma língua particular, mas as características comuns das línguas, as condições gerais da prática da linguagem? Quais são as condições históricas de seu aparecimento? Por que ela não apareceu mais cedo na história, para os gregos e para os romanos, por exemplo?

As respostas a essas perguntas delimitam os contornos da disciplina que esses autores contribuíram para fundar, traçando a história de seu aparecimento:

1. os progressos da ciência gramatical dependem dos progressos da língua, eles mesmo suscitados, primeiro, pela ação dos poetas e dos oradores, depois, por aquela dos filósofos que a conduziram ao último degrau de perfeição, deixando-a livre para a especulação. Pode-se observar o mesmo fenômeno para o grego e para o francês.

Nós vimos a ciência gramatical nascer para os gregos depois que sua língua estava inteiramente aperfeiçoada, e que os filósofos tinham começado a aplicar as teorias puramente especulativas e de raciocínio: nós a veremos renascer do mesmo modo na França somente quando nosso idioma tinha já adquirido o mais alto grau de perfeição, nós tivemos os poetas, os oradores e, enfim, os filósofos. (Thurot, 1796: LXIV)

Thurot, o primeiro desses autores, detalha também longamente os monumentos que marcaram sucessivamente esse trabalho de

forjar a língua. Mas ele procura também as causas externas nos eventos que puderam modificar fundamentalmente as condições de exercício da língua: a tomada de Constantinopla (1453) e a fuga dos sábios gregos no Ocidente que ela provoca, as cruzadas e o interesse para as línguas orientais que elas suscitam, as reformas e os conflitos religiosos que criaram a urgente necessidade de encontrar recursos retóricos e argumentativos ainda não empregados em francês para se defender e fazer valer seus direitos (ver a promulgação da lei de Villers-Cotterêts em 1539) etc.

2. a aparição da gramática geral e filosófica é relacionada com duas ordens de fenômenos:

- a existência prévia de gramáticas particulares. A gramática geral é um tipo de “metagramática”:

Uma coisa que não é menos digna de chamar nossa atenção é que nós tivemos uma boa gramática geral quando começamos a ter bons gramáticos particulares (Thurot, 1796: LXXVI).

- e o evento que constitui a revolução filosófica inaugurada por Francis Bacon (*De Dignitate et Augmentis Scientiarum*, 1623), do qual a obra provoca a refundação do método científico sobre as bases indutivas (papel que, seja dito *en passant*, não é atribuído a Descartes). A gramática filosófica seria a forma mais acabada e a única forma verdadeiramente científica do estudo da linguagem e das línguas na sequência desse impulso inicial.

No século xx, as publicações de Ferdinand Brunot, um dos linguistas mais eminentes de seu tempo, titular da cadeira de História da Língua Francesa na Sorbonne a partir de 1900, membro da Academia das Inscrições e das Belas Letras a partir de 1925, mas também republicano engajado nos debates sobre o ensino de sua época, testemunham um outro olhar posto sobre esse momento prestigioso da vida intelectual da época clássica. Para ele, “o cartesianismo linguístico foi certamente uma causa de atraso para o desenvolvimento da ciência” (Brunot, 1905-1937, 4/1: 58). Essa opinião é ainda aquela

que nós encontramos sob a pluma de Georges Mounin na sua *Histoire de la linguistique, des origines au xx^e siècle* (1967). Brunot formula inúmeras vezes esse julgamento, na sua monumental *Histoire de la langue française*, de onde é tirada essa citação, mas também em uma série de textos que acompanham, a partir de 1905, a preparação de uma reforma do ensino da gramática, e que desemboca na publicação de uma decisão ministerial de 25 de março de 1910, que fixa, em termos oficiais, a nomenclatura dos termos gramaticais que os professores e os autores de manuais deverão empregar. A colocação em prática dessa terminologia normalizada é conhecida como uma resposta à “crise” que o ensino da língua nacional supostamente atravessava, crise mais do ensino da gramática, segundo Brunot, e do qual o remédio é a liquidação dos últimos traços da influência de Port-Royal que se fez sentir no ensino ao longo do século XIX, notadamente nos instrumentos e métodos de análise sintática. Brunot julga-os empréstimos de um logicismo esterelizante, inapto para melhorar a prática viva da língua, da qual é preciso purgar radicalmente a escola. Nós estamos, então, com os antípodas da glorificação da qual a gramática geral foi objeto no século precedente no momento da criação das primeiras instituições escolares da República.

A obra dos Solitários suscita de novo um interesse marcado no meio dos anos 1960, como o testemunha a publicação, no mesmo ano (1966), de *Linguística cartesiana*, por Noam Chomsky, e do ensaio de Michel Foucault, *As palavras e as coisas*. Nós nos deteremos aqui no apenas primeiro desses textos, porque seu autor é o linguista da importância que nós sabemos ser, e porque essa publicação se encontra no centro de um debate exemplar. O objeto do debate é, ao mesmo tempo, a interpretação da história (do movimento da história) e a interpretação do conteúdo da obra dos *Messieurs*. E o que é interessante para nós, historiadores que observamos como os linguistas fazem a história quando eles a fazem, é então precisamente que há o debate. Qual questão levantava a publicação de um livro, sobre uma obra de gramáticos franceses do Grande Século, por um linguista americano cujo trabalho era notadamente animado pela vontade de reduzir o funcionamento da língua a um conjunto de regras formais?

O olhar de Chomsky sobre Port-Royal pode ser caracterizado pelos seguintes traços:

- em primeiro lugar, a afirmação de uma tese: a existência de uma corrente teórica, de um tipo de escola, que ele chama *linguística cartesiana*, e que reuniria o essencial da produção teórica de uma *Idade Clássica* que se prolongou até antes do século XIX, de Port-Royal a Humboldt. A tese central em torno da qual seria organizado esse programa teórico é a ideia de que a característica fundamental da linguagem humana é sua criatividade e que, por consequência, os modelos teóricos devem poder dar conta dessa propriedade.
- Chomsky credits igualmente a Port-Royal ao menos duas *descobertas* fundamentais, que são também no centro do seu próprio modelo teórico: a articulação entre estrutura profunda e estrutura de superfície e a recursividade. No primeiro caso, trata-se – bem mais que uma descoberta técnica – de uma posição de princípio sobre a natureza das hipóteses explicativas em linguística que podem (devem) tomar a forma dos modelos subjacentes implícitos, realizados diversamente segundo as línguas. A descoberta de regras recursivas é que permite validar a tese de criatividade da linguagem humana:

É necessário notar que a teoria das estruturas profundas e de superfície, tal como ela é desenvolvida nos estudos linguísticos de Port-Royal, comporta implicitamente procedimentos recursivos e permite assim uma utilização infinita dos meios que ela expõe como se deve toda teoria adequada à língua. (Chomsky, 1966: 72)

A publicação do livro de Chomsky suscitou na França críticas muito vivas, formuladas por historiadores especialistas desse período. Podemos esquematicamente distinguir dois tipos de reações:

- aquelas que contestaram a validade da tese histórica chomskyana em favor de uma *linguística cartesiana*. Os argumentos são de dois tipos. A ideia de que os trabalhos de linguística que se desenvolvem entre 1660 e a primeira metade

do século XIX constituem um conjunto teórico e epistemologicamente homogêneo, e que esta homogeneidade possa ser imputada à influência das teses cartesianas, é extremamente contestável. Desconhece-se notadamente o que separa os cartesianos que são, com efeito, os Solitários de Port-Royal, e os autores de gramática geral do século XVIII que adotam, sobretudo, as teses sobre a origem dos conhecimentos humanos defendidos por Locke (*Ensaio sobre o entendimento humano*, 1690), depois por Condillac (*Essai sur l'origine des connaissances humaines*, 1746), e se opõem desse modo ao ineísmo cartesiano (Joly, 1977); desconhece-se, também, o que a gramática geral deve à tradição que precede, notadamente aos gramáticos humanistas como Sanctius (*Minerva*, 1587), nos mecanismos de análise, através, por exemplo, do estatuto atribuído à elipse.

- aquelas que recusam igualmente a ideia segundo a qual o plano de fundo filosófico da gramática geral seria continuamente cartesiano pelo longo período visualizado por Chomsky, mas não a ideia de que um programa científico tenha sido inaugurado pelos Messieurs de Port-Royal, e que esse tenha restado válido até os primeiros anos do século XIX e, sem dúvida, muito mais tarde. É o que mostram numerosos trabalhos em muitos domínios: a sintaxe e a análise dos constituintes da proposição (Chevalier, 2006a), a semiótica, a determinação, a teoria do pronome (Auroux, 1979, 1992; Dominicy, 1984; Pariente, 1985), a teoria dos tempos (Auroux, 1984; Fournier, 1994).

Podemos tirar uma conclusão esquemática dessa diversidade:

1. de início, uma constatação: a avaliação do aporte de Port-Royal (a interpretação da obra dos Messieurs) é uma questão que mobilizou de modo mais ou menos polêmico os linguistas e os gramáticos em muitas retomadas desde o fim do século XVIII;
2. seria um grande trabalho identificar com precisão a natureza das questões levantadas sucessivamente, mas elas são de modo geral de dois tipos:

- os trabalhos evocados em último lugar resultam da prática da história descrita antes. Eles visam a produzir informações confiáveis sobre o lugar de Port-Royal na história;
- os ideólogos e Chomsky, na sua relação com Port-Royal, têm um ponto comum. A evocação desse texto serve a fundar, a enraizar na história, a legitimar a fundação de uma disciplina que se vai ensinar (a gramática filosófica das Escolas centrais) ou uma escola teórica, uma doutrina, a qual importa a Chomsky que ela esteja simultaneamente em ruptura com o que a precede imediatamente (o estruturalismo), mas em continuidade com uma corrente que anima o pensamento linguístico a longo prazo.

6

Quais foram, historicamente, as recepções do *Cours de linguistique générale*, de Saussure?

O caso é diferente, mas não sem analogia com aquele que acaba de ser evocado. A diferença principal reside no recuo histórico que falta nesse caso, pois o *Cours* foi publicado e colocado em circulação somente em 1916. Sem possibilidade aqui, então, de colocar em pauta a “longa duração”.

Mas essa desvantagem – a qual é preciso levar em conta por prudência – é largamente compensada pela amplidão da difusão das ideias do *Cours* (doravante *CLG*). Os linguistas do século XX têm relação com o saussurianismo por *filiação assumida*, *formação*, ou *reação*. A que se acrescenta o fato de que o *CLG* não é propriedade exclusiva de linguistas: a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, o *CLG* é utilizado como um tipo de *matriz* em vista da “modernização” do conjunto das ciências humanas em círculos cada vez mais largos. Eles servem então de referência ativa ou reativa para numerosos projetos: antropologia estrutural (Claude Lévi-Strauss); teoria literária (Greimas, Barthes...); psicanálise (Lacan); gramatologia derridiana etc. Ele passa, também, como a única origem de uma “escola”

linguística principal do século xx: o estruturalismo, relativamente homogêneo, mas que se constituiu em torno de centros distintos: Praga, Copenhague, Nova York, Paris. Ele permanece, enfim, ainda hoje, um texto de “iniciação à linguística” em numerosos cursos universitários no mundo inteiro.

O problema colocado para a compreensão das questões ligadas à recepção do *CLG* é, de início, um problema historiográfico. A dificuldade aqui vem precisamente do que toda nossa apreensão “espontânea” do período é largamente retrospectiva e teleológica: em inúmeras histórias da linguística dos anos 1960 (Mounin, 1967; Lepschy, 1966), Saussure é o mais frequentemente representado como a origem e o fim das teorizações linguísticas, no esquecimento de mediações e sobretudo de *prismas de recepção* que se interpõem entre ele e nós. Se aceitamos, ao contrário, recorrer o menos possível a essa história teleológica, a recepção do *CLG* na França pode ser descrita em quatro fases principais estreitamente entrelaçadas na realidade.

A primeira recepção do *CLG* acontece no momento da publicação do texto que não é sempre considerado fundamental na comunidade linguística (Normand et al., 1978). Essa tinha a tendência a ver no Saussure especulativo do *CLG*, editado por Bally e Sechehaye, uma perversão do Saussure “real”, aquele do *Memoire sur le système des voyelles en indo-européen* (cf. a resenha de H. Schuchardt, em Normand, 1978), ou uma especulação (demais) abstrata que não leva em conta, notadamente, a empiricidade social (Antoine Meillet, Joseph Vendryes) e da covariância língua/sociedade... Significativamente, é sem dúvida Albert Sechehaye (um dos editores do *Cours*) que dá a melhor medida da novidade saussuriana. Psicolinguista antes de tudo, ele publica, em 1917, na *Revue philosophique*, uma resenha de trinta páginas que não é um simples inventário dos conceitos saussurianos, mas, antes, uma tentativa de salientar a organização conceitual que sustenta a obra. O primeiro conceito recupera, em particular, a importância de um conjunto de noções muitas vezes ignoradas pelas resenhas da época: *valor - diferença - oposição - arbitrário relativo*... Ele conclui de maneira mais clara do que todos os seus contemporâneos: “a ciência da língua será uma ciência de valores”.

O mérito de Sechehaye é tão grande que precisaria de muitos anos para que a importância do estatuto *semiológico* da língua aparecesse aos olhos dos leitores do *CLG*. Mas Saussure figurará, então (depois da Segunda Guerra Mundial), essencialmente como o iniciador do projeto da “aventura semiológica” (Barthes, 1985).

A segunda recepção se desenvolve a partir dos anos 1920, notadamente por ocasião do primeiro Congresso Internacional de Linguistas, em Haia, em 1928, no qual o *CLG* aparece como ponto de apoio, alavanca de inovação em linguística. Isso é o que confirmarão os congressos dos eslavistas que seguirão. O *CLG* torna-se então – com *Les Manifestes du Cercle de Prague* [Os manifestos do Círculo de Praga] – um texto estratégico para a “periferia” (Praga, Copenhague...) a conquista das instituições centrais (Paris, principalmente), mas sabemos que os pontos de contato com a França nessa difusão das ideias saussurianas se fará somente por alguns indivíduos isolados. É assim que André Martinet será o correspondente do Círculo de Praga em Paris antes de partir para os Estados Unidos. Ele cria a cadeira de fonologia na École Pratique des Hautes-Études (1938), mas somente ocupa – significativamente – a cadeira de Linguística Geral na Sorbonne a partir de 1955. Jerzy Kurylowicz (1895-1978) foi estudante em Paris e seu trabalho foi conhecido somente no quadro muito restrito dos especialistas. A linguística de Lucien Tesnière (1893-1954) se diz uma “sintaxe estrutural” que, de fato, deve pouco aos contatos do autor com Praga e – retrospectivamente – anuncia mais, segundo alguns, o gerativismo chomskiano... De qualquer modo, personalidades como Georges Gougenheim (1900-1972), Gustave Guillaume (1883-1960), Robert León Wagner (1905-1982) evidenciam a recepção do *CLG*, mas essencialmente de maneira indireta (por intermédio de Praga) e no quadro especificamente francês da linguística de entre-guerras: esse de uma linguística psicológica (aquela de Ferdinand Brunot [1860-1930], de Jacques Damourette [1873-1943] e Édouard Pichon [1890-1940], obcecada pela questão da relação entre o pensamento e a língua). Podemos considerar, enfim, que a criação da revista *Acta linguistica: revue de linguistique structurale* em Copenhague, em 1939, por Rasmus Viggo Bröndal e Louis Hjelmslev, conclui esse segundo período da recepção do *CLG*.

Encontramos na *Acta*, em particular, uma série de artigos sobre o signo saussuriano e seu caráter arbitrário que, de 1937 a 1940, mobiliza a participação de numerosos gramáticos (Pichon), linguistas (Bally, Sechehaye, Frei, Benveniste), semiólogos e filósofos.

A terceira recepção é aquela que vê esse movimento de difusão seguir ao redor do círculo estrito de linguistas. Sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, o *CLG* torna-se então propriedade comum de linguistas, de sociólogos, de antropólogos, de filósofos. Na revista *Word*, publicada em Nova York em 1945, encontramos artigos de Jakobson e Lévi-Strauss, enquanto o filósofo alemão Ernst Cassirer consagra a primeira denominação geral de “estruturalismo” (em “Structuralism in Modern Linguistics”). É, sem dúvida, o filósofo Maurice Merleau-Ponty que desempenha na França o primeiro papel desde os anos 1950: um papel de mediador entre Lévi-Strauss, Jakobson e Lacan notadamente (confronte sua lição inaugural no Collège de France, mas também seus cursos de Psicologia da Criança na Sorbonne). Depois dos escritos de Greimas (em particular “L’actualité du saussurisme”, em *Le Français moderne*, 1956), observamos uma relativa rigidez das dicotomias saussurianas que se tornam questões de grande generalidade (em particular, sincronia/diacronia, mas também língua/fala, ver questão 44) nos debates concernentes aos contornos e ao estatuto da semiologia, mas que podem também opor Jean-Paul Sartre a Claude Lévi-Strauss em uma discussão sobre a filosofia da história. Uma parte da obra de Roland Barthes pertence a esse momento intenso, mas relativamente curto, do triunfo do saussurianismo na sua versão “estruturalista” e geral. O que nós não observamos suficientemente, sem dúvida, sobre essa terceira recepção, tão grande é o prestígio do “estruturalismo francês” dos anos 1960-1970, fora da França, é a que ponto esse retorno a Saussure é indireto (ele passa já por reinterpretações de Jakobson e Hjelmslev) e tardio. Se nós considerarmos que a filiação saussuriana dos linguistas estruturalistas data de 1929, que o primeiro uso geral (epistemológico e filosófico) do termo “estruturalismo” é devido a Cassirer na revista *Word*, em 1945, medimos talvez melhor o grau de inércia da ciência francesa. Adivinhamos também, talvez, a soma de mal entendidos cristalizados na “(re)descoberta” do *CLG*, de Saussure.

A quarta recepção, enfim: com os trabalhos de Robert Godel (1957) sobre as fontes manuscritas do *CLG*, e com a edição crítica do *CLG* (1968-1974), fornecida por Rudolf Engler, com, igualmente, a edição crítica de Tullio De Mauro, são iniciadas as pesquisas filológicas que geram atualmente (ver a publicação de 2002 dos *Écrits de linguistique générale*) uma dinâmica de “retorno” ao que seria o verdadeiro pensamento de Saussure, pensamento que aflorava de modo privilegiado nos manuscritos (em particular sobre os contos germânicos e sobre os anagramas na poesia latina). Incontestavelmente, esse retorno às origens manuscritas nuança uma interpretação muito radical das dicotomias saussurianas (ver, em particular, Fehr, 2000; Normand, 2000; mas também Bouquet, 1997), o que não impede, de resto, que seja o *CLG* que possui sempre, e desde sua aparição, um impacto, um valor iniciativo por diferentes campos do saber para a linguística, e mesmo na França, pela iniciação universitária dos estudantes à linguística. Alguns puderam colocar recentemente todas as suas esperanças (teóricas) na descoberta de um “novo” Saussure. Podemos também considerar que se trata aqui de um uso legitimador do passado que não é da história (Trabant, 2005; Puech, 2000). Essas duas posições, possíveis sem dúvida hoje, são resumidas claramente nas duas citações que seguem:

Se ouvimos falar há algum tempo do “retorno a Saussure”, a situação é bem diferente daquela que prevalecia há cinquenta anos, quando Greimas escrevia “L’actualité du saussurisme” (1954) [*sic*], e também quando da comemoração Saussure après un demi siècle (Genebra, 1963). Com efeito, o *corpus* saussuriano foi acrescido de manuscritos e de cadernos de estudantes que permitem novas leituras filologicamente estabelecidas da teoria saussuriana. Nós, infelizmente, consideramos esses documentos como materiais preparatórios ao *Cours de linguistique générale*, como se ele fosse a síntese insuperável do pensamento de Saussure e sem verdadeiramente considerá-lo à sua própria luz. Assim, o acesso ao pensamento de Saussure tem sido, ao mesmo tempo, permitido e entravado pelo *CLG* que tem todos os caracteres de uma vulgata: indispensável, citado em todo lugar, sem valor científico. Não somente ele cria o impasse sobre os desen-

volvimentos epistemológicos pelos quais começava o segundo curso na universidade de Genebra, mas, sobretudo, ele minimiza o aporte de Saussure à linguística da fala, acabando sobre uma citação apócrifa (de Bopp, 1816!) que faz dele um linguista “da língua ela mesma por si mesma”. Em suma, os manuscritos são os únicos escritos autênticos a partir dos quais se deve trabalhar, os cadernos dos estudantes e o *Cours* sendo apenas documentos anexos e complementares. (Rastier, 2004)

Ninguém encontrará, por uma única leitura dos *Écrits de linguistique générale* [...] um autor compreensível e coerente, mas somente fragmentos muito difíceis de compreender, que ganham uma certa coerência e um certo sentido somente se os colocamos em relação com o *Cours* [...]. Como esses escritos funcionam somente em virtude do *Cours*, esse Saussure autêntico é necessariamente tributário do *Cours*. Ele é condenado a acompanhar o Grande Clássico. Ele é um pouco como o bobo da corte que diz a verdade, sim, mas que, ao dizer a verdade, não tem a força de abalar o Poder, mas, ao contrário, confirma-o. Assim, a versão desconstrutiva de Saussure, o Saussure autêntico, etimológico, verdadeiro, não terá a força de eliminar a potência do Grande Clássico, tão usurpado, tão falso que seja ele. O Saussure “autêntico” é tragicamente condenado a permanecer como o bobo do *Cours*. (Trabant, 2005: 124)

Essas quatro fases muito esquematicamente apresentadas aqui visam somente a sublinhar a complexidade da recepção de Saussure na França. Embora os quase dez anos de ensino de Saussure em Paris, não obstante a influência muito forte que exerceu sobre sua audiência na *École Pratique des Hautes-Études* (de 1882 a 1889), as ideias do *CLG*: a) permaneceram longo tempo marginalizadas; b) não conheceram uma renovação de interesse senão muito tardiamente (depois da Segunda Guerra Mundial e no contexto do “estruturalismo generalizado” em que elas foram “amplificadas” e conhecidas pelos múltiplos intérpretes); c) e enfim, não propiciaram, senão bem mais tarde, uma pesquisa sobre “o verdadeiro pensamento” de Saussure pelos diferentes manuscritos disponíveis.

Nessas condições, outra maneira de apresentar a posteridade saussuriana na França consistiria, sem dúvida, em começar por dis-

tinguir cuidadosamente o que sobressai de uma verdadeira *recepção* (construção conceitual elaborada ativamente e/ou reativamente a partir das proposições do *Cours*, pela imagem da fonologia pragueense ou da glossemática dinamarquesa) e o que sobressai de uma *herança* (Chiss e Puech, 1998), e, também, o que sobressai da valorização tardia de uma origem da justificação *a posteriori* por imitação, empréstimos, mediações múltiplas, pela imagem da nebulosa estruturalista francesa dos anos 1950-1960 que dialoga mais com Jakobson e Hjelmslev do que com Saussure de maneira direta, e concerne um “para além” da língua, ou das línguas (o texto, a narratologia, a filosofia da cultura e também a “desconstrução do pensamento ocidental”, a “morte do sujeito”?...).

De qualquer modo, teremos compreendido que a linguística do Entre-guerras na França não se confunde com uma recepção de Saussure, nem com a emergência do estruturalismo para a construção do qual ela permanece largamente estrangeira (Chiss e Puech, 1997). O que não significa que Saussure era desconhecido, mas que existia um saussurianismo difuso que não se confunde com o estruturalismo.

Resumimos:

- O “tempo” não é um “meio” passivo que forneceria o quadro de teorizações linguísticas. Ele não é uma simples “cronologia” (mesmo se a cronologia é indispensável ao historiador).
- Os dois exemplos tratados mostram que algumas teorizações exsudam sua própria historicidade. Aquela ou essa não é dada na cronologia: ela deve ser construída (reconstruída) pelo historiador segundo os procedimentos verificáveis e não tem nada que ver com a empresa de legitimação do presente pelo passado. O “passado” não é “a história”.
- As noções de “precursor”, de “influência”, de “filiação” devem sempre acordar a vigilância crítica e os discursos que os linguistas têm sobre seu lugar na história, devem ser considerados como objetos de estudo histórico e não como enunciados de primeiro grau.